

Sarney consegue a confiança da Nação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O fato político mais expressivo da Nova República, depois de um ano e três meses de implantada, exprime-se pela liderança incontestada que assumiu o presidente José Sarney. Antes das reformas econômicas de fevereiro, mas, com destaque, depois delas, o chefe do governo passou a deter a confiança da Nação. Sem carisma nem demagogia, é respeitado, ouvido, seguido e compreendido. Esse fenômeno não acontecia há 25 anos, desde que Jânio Quadros frustrou os anseios nacionais, renunciando à Presidência da República.

A base da popularidade de Sarney está, singularmente, no reconhecimento amplo, por parte da opinião pública, de ser ele alguém interessado em acertar, equacionando, enfrentando e tentando resolver os graves problemas estruturais e conjunturais do País. Sua integração com a sociedade corre por conta de ser reconhecido como um homem comum, jamais um super-homem ou alguém messianicamente destinado a impor soluções pessoais ou de grupos. Contribui para sua caracterização o contraste que, consciente ou inconscientemente, a Nação estabelece entre ele e seu último antecessor, o general João Figueiredo. Como, também, entre a nova e a velha República. Interrompeu-se o tempo da permissividade, da corrupção e do domínio de pequenos conglomerados postados ao redor do Palácio do Planalto. Bem como da inoperância. Na sede do poder instalou-se um cidadão comum que trabalha, que se desdobra, que tem dúvidas e que não hesita em alterar rumos, se a alteração se faz importante para superar pontos de estrangulamento da política, da economia e do plano social. A confiança substituiu o desinteresse, assim como o respeito aos postulados democráticos tomou o lugar do arbítrio.

A opção pelo social, a decisão de iniciar reformas de base, o respeito à lei, a coragem de enfrentar a inflação, a inflexibilidade de manter o crescimento econômico, a consequente diminuição do desemprego, o distanciamento das paixões políticas, o tratamento dado à questão da dívida externa — esses são alguns dos fatores responsáveis pela integração da sociedade com o governo, não obstante as sérias dificuldades e os obstáculos por superar.

Significativo é que, ao tempo do crescimento e da fixação da liderança do presidente da República, estejam desaparecendo lideranças antes dispostas no mesmo plano que ele.

As eleições de novembro concentram as atenções políticas. Nunca se registrou, na história eleitoral do País, tamanho volume de gastos e de influência do poder econômico. Os partidos políticos, em via de implosão final, representam cada vez menos. Estão substituídos por pessoas, ou por segmentos, envolvidos numa dança de legendas que seria cômica se não fosse trágica. Do que mais se fala, antes mesmo da hipótese da reformulação no quadro partidário, é da formação da "bancada José Sarney". Há interesse do governo, ainda que não o reconheça de público, na constituição de um grupo de deputados e senadores que, antes de pertencerem ao PMDB, ao PFL ou mesmo ao PDS e legendas menores, estarão amalgamados na sustentação dos interesses do governo. Na realização dos planos e projetos do presidente da República e na elaboração de uma Constituição acorde com as tendências e as necessidades de Sarney. É claro que, também, se quer os de ficar próximos do poder, auferindo suas benesses. Esse grupo seria o embrião de um novo partido,

a formar-se depois de encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte congressual a se instalar em fevereiro. Eis um aspecto singular de nossa realidade, daqueles que só acontecem no Brasil: as Assembleias Nacionais Constituintes, pela ortodoxia do Direito, só se reúnem depois de rompida a ordem jurídico-institucional anterior. Entre nós, será diferente. Os poderes constituintes encontram-se em pleno exercício, e assim permanecerão até mesmo durante os trabalhos da Assembleia. Arrumou-se, por um desses "jeitinhos" brasileiros, fórmula capaz de preservar os interesses de todos. Do presidente, mesmo eleito pelas regras espúrias da ditadura deposta; do Congresso, pois em vez de convocada logo depois de 15 de março de 1985, interrompendo os mandatos em curso, a Assembleia Nacional Constituinte acabou convocada para coincidir com o início dos novos mandatos; das diversas instituições vigentes no passado, que estão tendo tempo para preparar a defesa de seus interesses. Não haverá mais do que um Congresso constitucional reformando a atual Constituição, em 1987, apesar do formalismo e da liturgia constituinte. Nada de verdadeiramente novo ou revolucionário redundará dos trabalhos, mas não será precisamente isso que a Nação deseja? É provável, já que as divididas esquerdas de tantos matizes, por mais barulho que façam, não alcançarão mais de 15% da próxima representação parlamentar. O chamado grupo Sarney, reunindo tendências de esquerda moderada, de centro-esquerda, de centro e de liberais, cuidará para que, mesmo entre reformas estruturais de vulto, não se altere demasiadamente o equilíbrio das forças hoje dispostas na sociedade.

Não há, entre nós, projeção que resista aos fatos novos por mais de uma semana. O imponderável e o inusitado são presenças constantes em nossa vida política. Especular sobre o que acontecerá depois de promulgada a nova Constituição, isto é, depois de passada a limpo a atual, parece aventura inconsequente. Será preciso saber, primeiro, a extensão do mandato do presidente José Sarney. Se fixado em quatro anos, teremos eleições presidenciais diretas em novembro de 1988. Mantidos os seis anos de que fala a atual Constituição, as eleições se darão em novembro de 1990. A resposta pode estar no meio, isto é, na fixação dos mandatos presidenciais em cinco anos, uma volta à tradição constitucional iniciada em 1946 e interrompida em 1964. Sarney já declarou, inúmeras vezes, não aceitar a reeleição, ainda que reconhecendo à Assembleia Nacional Constituinte o direito de estabelecê-la. Apenas, ele não admitirá candidatar-se a um novo mandato. Mas não deixará de tentar conduzir a própria sucessão, aconteça quando acontecer. Com frequência, as intenções são contrariadas pelos fatos, ou seja, a reeleição de Sarney não se encontra tão afastada assim, especialmente se o seu mandato ficar em quatro anos. Tudo dependerá da conjuntura e das circunstâncias, a começar pelo sucesso das reformas econômicas, pela viabilidade da execução de outras reformas, como a agrária, a administrativa, a urbana e a bancária — previstas ou já em fase de implantação. Fosse agora o momento de cuidar da sucessão, para quem se voltaria o presidente? Dos candidatos de que se falava até meses atrás, não sobrou nenhum. Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Marco Maciel, Íris Resende, Hélio Garcia... Fica, por enquanto, o próprio José Sarney.